



**AGENDA DAS
OBRIGAÇÕES FEDERAIS**

AGENDA DAS OBRIGAÇÕES FEDERAIS PARA MARÇO DE 2022

Até dia	Obrigação	Histórico
04	IRRF	<p>Recolhimento do Imposto de Renda Retido na Fonte correspondente a fatos geradores ocorridos no período de 21 a 28.02.2022, incidente sobre rendimentos de (art. 70, I, letra "b", da Lei nº 11.196/2005):</p> <p>a) juros sobre capital próprio e aplicações financeiras, inclusive os atribuídos a residentes ou domiciliados no exterior, e títulos de capitalização;</p> <p>b) prêmios, inclusive os distribuídos sob a forma de bens e serviços, obtidos em concursos e sorteios de qualquer espécie e lucros decorrentes desses prêmios; e</p> <p>c) multa ou qualquer vantagem por rescisão de contratos.</p>
04	IOF	<p>Pagamento do IOF apurado no 3º decêndio de fevereiro/2022:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Operações de crédito - Pessoa Jurídica - Cód. Darf 1150 - Operações de crédito - Pessoa Física - Cód. Darf 7893 - Operações de câmbio - Entrada de moeda - Cód. Darf 4290 - Operações de câmbio - Saída de moeda - Cód. Darf 5220 - Títulos ou Valores Mobiliários - Cód. Darf 6854 - Factoring - Cód. Darf 6895 - Seguros - Cód. Darf 3467

		- Ouro, ativo financeiro - Cód. Darf 4028
04	Salário de Fevereiro/2022	<p>Pagamento dos salários mensais. Consultar o documento coletivo de trabalho da categoria profissional, que pode estabelecer prazo específico para pagamento dos salários aos empregados.</p> <p>Notas</p> <p>(1) O prazo para pagamento dos salários mensais é até o 5º dia útil do mês subsequente ao vencido. Na contagem dos dias, incluir o sábado e excluir os domingos e os feriados, inclusive os municipais.</p> <p>(2) A terça-feira de carnaval não é considerada feriado nacional. Apenas no município ou estado em que houver lei neste sentido, será feriado. Assim: a) onde não for feriado, o pagamento do salário pode ser feito no sábado (05.03.2022), em dinheiro, ou deve ser antecipado para sexta-feira (04.03.2022), se for realizado por meio de instituições financeiras; ou b) onde a terça-feira de carnaval for feriado, o pagamento pode ser feito na segunda-feira (07.03.2022).</p>
07	FGTS	<p>Depósito, em conta bancária vinculada, dos valores relativos ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) correspondentes à remuneração paga ou devida em fevereiro/2022 aos trabalhadores.</p> <p>Não havendo expediente bancário, deve-se antecipar o depósito.</p>
07	Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged)	<p>Envio, ao Ministério do Trabalho e Previdência, da relação de admissões e desligamentos de empregados ocorridos em fevereiro/2022.</p> <p>As empresas dos grupos 1, 2 e 3 do eSocial estão dispensadas do envio do Caged, uma vez que este passou a ser substituído pelo eSocial.</p> <p>Os entes públicos e as organizações internacionais (grupo 4) devem prestar as informações por meio do sistema Caged, até que sejam obrigadas ao envio dos eventos periódicos ao eSocial.</p> <p>(Portaria MPT nº 671/2021, art. 144).</p>
07	Simples Doméstico	<p>Recolhimento relativo aos fatos geradores ocorridos em fevereiro/2022:</p>

		<p>a) da contribuição previdenciária a cargo do empregador doméstico e de seu empregado;</p> <p>b) da contribuição social para financiamento do seguro contra acidentes do trabalho;</p> <p>c) para o FGTS;</p> <p>d) para o pagamento da indenização compensatória da perda do emprego, sem justa causa ou por culpa do empregador, inclusive por culpa recíproca; e</p> <p>e) do IRRF, se incidente.</p> <p>Não havendo expediente bancário, deve-se antecipar os recolhimentos.</p>
07	Salário de Fevereiro/2022 - Domésticos	Pagamento dos salários mensais dos empregados domésticos (Lei Complementar nº <u>150/2015</u> , art. <u>35</u>).
10	Previdência Social (INSS) - Documento de recolhimento - Envio ao sindicato	Envio, ao sindicato representativo da categoria profissional mais numerosa entre os empregados, da cópia do documento de recolhimento das contribuições previdenciárias relativa à competência fevereiro/2022 (Lei nº <u>8.870/1994</u> , art. <u>3º</u>).
10	Comprovante de Juros sobre o Capital Próprio - PJ	Fornecimento, à beneficiária pessoa jurídica, do Comprovante de Pagamento ou Crédito de Juros sobre o Capital Próprio no mês de fevereiro/2022 (art. 2º, II, da Instrução Normativa SRF nº <u>41/1998</u>).
15	EFD-Contribuições	Entrega da EFD-Contribuições relativa aos fatos geradores ocorridos no mês de janeiro/2022 (Instrução Normativa RFB nº <u>1.252/2012</u> , art. <u>7º</u>).
15	IRRF	<p>Recolhimento do Imposto de Renda Retido na Fonte correspondente a fatos geradores ocorridos no período de 1º a 10.03.2022, incidente sobre rendimentos de (art. 70, I, letra "b", da Lei nº <u>11.196/2005</u>):</p> <p>a) juros sobre capital próprio e aplicações financeiras, inclusive os atribuídos a residentes ou domiciliados no exterior, e títulos de capitalização;</p>

		<p>b) prêmios, inclusive os distribuídos sob a forma de bens e serviços, obtidos em concursos e sorteios de qualquer espécie e lucros decorrentes desses prêmios; e</p> <p>c) multa ou qualquer vantagem por rescisão de contratos.</p>
15	IOF	<p>Pagamento do IOF apurado no 1º decêndio de março/2022:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Operações de crédito - Pessoa Jurídica - Cód. Darf 1150 - Operações de crédito - Pessoa Física - Cód. Darf 7893 - Operações de câmbio - Entrada de moeda - Cód. Darf 4290 - Operações de câmbio - Saída de moeda - Cód. Darf 5220 - Títulos ou Valores Mobiliários - Cód. Darf 6854 - Factoring - Cód. Darf 6895 - Seguros - Cód. Darf 3467 - Ouro, ativo financeiro - Cód. Darf 4028
15	CIDE	<p>Pagamento da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico cujos fatos geradores ocorreram no mês de fevereiro/2022 (art. 2º, § 5º, da Lei nº <u>10.168/2000</u>; art. 6º da Lei nº <u>10.336/2001</u>):</p> <ul style="list-style-type: none"> - Incidente sobre as importâncias pagas, creditadas, entregues, empregadas ou remetidas a residentes ou domiciliados no exterior, a título de royalties ou remuneração previstos nos respectivos contratos relativos a fornecimento de tecnologia, prestação de serviços de assistência técnica, cessão e licença de uso de marcas e cessão e licença de exploração de patentes - Cód. Darf 8741. - Incidente na comercialização de petróleo e seus derivados, gás natural e seus derivados e álcool etílico combustível (Cide-Combustíveis) - Cód. Darf 9331.
15	EFD- REINF	<p>Entrega da Escrituração Fiscal Digital de Retenções e Outras Informações Fiscais (EFD-Reinf), relativa ao mês de fevereiro/2022, pelas entidades do:</p> <ul style="list-style-type: none"> a) 1º grupo, que compreende as entidades integrantes do "Grupo 2 - Entidades Empresariais", do anexo V da Instrução Normativa RFB nº <u>1.863/2018</u>, com faturamento no ano de 2016 acima de R\$ 78 milhões; b) 2º grupo, que compreende as demais entidades integrantes do "Grupo 2 - Entidades Empresariais", do anexo V da Instrução Normativa RFB nº <u>1.863/2018</u>, exceto as optantes pelo Simples Nacional; e c) 3º grupo, que compreende:

		<p>- pessoas jurídicas obrigadas, não pertencentes ao 1º, 2º e 4º grupos; e</p> <p>- empregadores/ contribuintes pessoas físicas (exceto empregadores domésticos).</p> <p>(Instrução Normativa RFB nº <u>2.043/2021</u>, art. 5º, I a IV, e art. 6º).</p>
15	DCTFWEB	<p>Entrega da Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais Previdenciários e de Outras Entidades e Fundos (DCTFWeb), relativa ao mês de fevereiro/2022, pelas entidades do:</p> <p>a) 1º grupo (entidades com faturamento em 2016 acima de R\$ 78.000.000,00);</p> <p>b) 2º grupo (entidades empresariais com faturamento no ano de 2017 acima de R\$ 4.800.000,00, exceto as optantes pelo Simples Nacional); e</p> <p>c) 3º grupo (demais contribuintes não enquadrados nas letras "a" e "b" e que não sejam do 4º grupo - órgãos públicos).</p> <p>Quando o prazo recair em dia não útil, a entrega da DCTFWeb deve ser antecipada para o dia útil imediatamente anterior.</p> <p>(Instrução Normativa RFB nº <u>2.005/2021</u>, arts. <u>10</u> e <u>19</u>).</p>
15	Previdência Social (INSS) - Contribuinte individual, facultativo e segurado especial optante pelo recolhimento como contribuinte individual	<p>Recolhimento das contribuições previdenciárias relativas à competência fevereiro/2022 devidas pelos <u>contribuintes individuais</u>, pelos facultativos e pelos segurados especiais que tenham optado pelo recolhimento na condição de contribuinte individual.</p> <p>Não havendo expediente bancário, permite-se prorrogar o recolhimento para o dia útil imediatamente posterior.</p>
18	IRRF	<p>Recolhimento do Imposto de Renda Retido na Fonte correspondente a fatos geradores ocorridos no mês de fevereiro/2022, incidente sobre rendimentos de beneficiários identificados, residentes ou domiciliados no País (art. 70, I, "e", da Lei nº <u>11.196/2005</u>, com a redação dada pela Lei Complementar nº <u>150/2015</u>).</p>

18	Cofins/CSL/PIS-Pasep - Retenção na Fonte	Recolhimento da Cofins, da CSL e do PIS-Pasep retidos na fonte sobre remunerações pagas por pessoas jurídicas a outras pessoas jurídicas, correspondente a fatos geradores ocorridos no mês de fevereiro/2022 (Lei nº <u>10.833/2003</u> , art. <u>35</u> , com a redação dada pelo art. 24 da Lei nº <u>13.137/2015</u>).
18	Previdência Social (INSS)	Recolhimento das contribuições previdenciárias relativas à competência fevereiro/2022, devidas por empresas ou equiparadas, incluindo as contribuições - retidas sobre <u>cessão de mão de obra ou empreitada</u> ; - descontadas dos contribuintes individuais que lhe tenham prestado serviços; - descontadas pelas cooperativas de trabalho, dos seus associados, como contribuintes individuais. Não havendo expediente bancário, deve-se antecipar o recolhimento para o dia útil imediatamente anterior. Notas 1. Produção rural - Recolhimento - Veja Lei nº <u>8.212/1991</u> , arts. <u>22-A</u> , <u>22-B</u> , <u>25</u> , <u>25-A</u> e <u>30</u> , incisos III, IV e X a XIII e Lei nº <u>8.870/1994</u> , art. <u>25</u> . 2. As empresas que optaram pela contribuição previdenciária patronal básica sobre a receita bruta (Lei nº <u>12.546/2011</u>) devem recolher a contribuição correspondente no mesmo prazo.
21	Simples Nacional	Pagamento, pelas microempresas (ME) e pelas empresas de pequeno porte (EPP) optantes pelo Simples Nacional, do valor devido sobre a receita bruta do mês de fevereiro/2022 (Resolução CGSN nº <u>140/2018</u> , art. <u>40</u>). - Não havendo expediente bancário, prorroga-se o recolhimento para o dia útil imediatamente posterior
22	DCTF - Mensal	Entrega das Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais (DCTF), com informações relativas os fatos geradores ocorridos no mês de janeiro/2022 (Instrução Normativa RFB nº <u>2.005/2021</u> , art. <u>9º</u> , caput).
23	IOF	Pagamento do IOF apurado no 2º decêndio de março/2022: - Operações de crédito - Pessoa Jurídica - Cód. Darf 1150 - Operações de crédito - Pessoa Física - Cód. Darf 7893

		<ul style="list-style-type: none"> - Operações de câmbio - Entrada de moeda - Cód. Darf 4290 - Operações de câmbio - Saída de moeda - Cód. Darf 5220 - Títulos ou Valores Mobiliários - Cód. Darf 6854 - Factoring - Cód. Darf 6895 - Seguros - Cód. Darf 3467 - Ouro, ativo financeiro - Cód. Darf 4028
23	IRRF	<p>Recolhimento do Imposto de Renda Retido na Fonte correspondente a fatos geradores ocorridos no período de 11 a 20.03.2022, incidente sobre rendimentos de (art. 70, I, letra "b", da Lei nº <u>11.196/2005</u>):</p> <p>a) juros sobre capital próprio e aplicações financeiras, inclusive os atribuídos a residentes ou domiciliados no exterior, e títulos de capitalização;</p> <p>b) prêmios, inclusive os distribuídos sob a forma de bens e serviços, obtidos em concursos e sorteios de qualquer espécie e lucros decorrentes desses prêmios; e</p> <p>c) multa ou qualquer vantagem por rescisão de contratos.</p>
25	COFINS	<p>Pagamento da contribuição cujos fatos geradores ocorreram no mês de janeiro/2022 (art. 18, II, da Medida Provisória nº <u>2.158-35/2001</u>, alterado pelo art. 1º da Lei nº <u>11.933/2009</u>):</p> <p>Cofins - Demais Entidades - Cód. Darf 2172</p> <p>Cofins - Combustíveis - Cód. Darf 6840</p> <p>Cofins - Fabricantes/Importadores de veículos em substituição tributária - Cód. Darf 8645</p> <p>Cofins não cumulativa (Lei nº <u>10.833/2003</u>) - Cód. Darf 5856</p> <p>Se o dia do vencimento não for dia útil, antecipa-se o prazo para o primeiro dia útil que o anteceder (art. 18, parágrafo único, da Medida Provisória nº <u>2.158-35/2001</u>).</p>
25	PIS-Pasep	<p>Pagamento das contribuições cujos fatos geradores ocorreram no mês de fevereiro/2022 (art. 18, II, da Medida Provisória nº <u>2.158-35/2001</u>, alterado pelo art. 1º da Lei nº <u>11.933/2009</u>):</p> <p>PIS-Pasep - Faturamento (cumulativo) - Cód. Darf 8109</p> <p>PIS - Combustíveis - Cód. Darf 6824</p> <p>PIS - Não cumulativo (Lei nº <u>10.637/2002</u>) - Cód. Darf 6912</p> <p>PIS-Pasep - Folha de Salários - Cód. Darf 8301</p> <p>PIS-Pasep - Pessoa Jurídica de Direito Público - Cód. Darf 3703</p>

		<p>PIS - Fabricantes/Importadores de veículos em substituição tributária - Cód. Darf 8496</p> <p>Se o dia do vencimento não for dia útil, antecipa-se o prazo para o primeiro dia útil que o anteceder (art. 18, parágrafo único, da Medida Provisória nº <u>2.158-35/2001</u>).</p>
30	Programa bienal de segurança e medicina do trabalho	<p>Submissão de um programa bienal de segurança e medicina do trabalho para aprovação pelo órgão regional do Ministério do Trabalho e Previdência, a ser desenvolvido pelas empresas que optarem pelo serviço único de engenharia e medicina. As empresas novas que se instalarem após o dia 30 de março de cada exercício poderão constituir o serviço único e elaborar o programa respectivo a ser submetido ao órgão anteriormente citado, no prazo de 90 dias a contar de sua instalação (subitens 4.3.1 e 4.3.1.1 da <u>Norma Regulamentadora nº 4 - NR 4</u>, com redação da Portaria SSMT nº <u>33/1983</u>).</p>
31	IRPJ - Apuração mensal	<p>Pagamento do Imposto de Renda devido no mês de fevereiro/2022 pelas pessoas jurídicas que optaram pelo pagamento mensal do imposto por estimativa (art. 5º da Lei nº <u>9.430/1996</u>).</p>
31	IRPJ - Apuração trimestral	<p>Pagamento da 3ª quota do Imposto de Renda devido no 4º trimestre de 2021, pelas pessoas jurídicas submetidas à apuração trimestral com base no lucro real, presumido ou arbitrado, acrescida da taxa Selic de fevereiro/2022, mais 1% de juros (art. 5º da Lei nº <u>9.430/1996</u>).</p>
31	IRPJ - Lucro real anual - Saldo de 2021	<p>Pagamento do saldo do imposto devido no ano-calendário de 2021 pelas pessoas jurídicas submetidas à apuração anual do lucro real (optantes pelo pagamento mensal do imposto por estimativa). Nota O saldo deverá ser acrescido de juros correspondente à Taxa Selic do mês de fevereiro/2022, mais 1%.</p>
31	IRPJ - Renda variável	<p>Pagamento do Imposto de Renda devido sobre ganhos líquidos auferidos no mês de fevereiro/2022, por pessoas jurídicas, inclusive as isentas, em operações realizadas em bolsas de valores de mercadorias, de futuros e assemelhadas, bem como em alienações de ouro, ativo financeiro, e de participações societárias, fora de bolsa (art. 923 do RIR/2018).</p>

31	IRPJ/Simples Nacional - Ganho de Capital na alienação de Ativos	Pagamento do Imposto de Renda devido pelas empresas optantes pelo Simples Nacional incidente sobre ganhos de capital (lucros) obtidos na alienação de ativos no mês de fevereiro/2022 (art. 5º, § 6º, da Instrução Normativa SRF nº <u>608/2006</u>) - Cód. Darf 0507.
31	IRPF - Carnê-leão	Pagamento do Imposto de Renda devido por pessoas físicas sobre rendimentos recebidos de outras pessoas físicas ou de fontes do exterior no mês de fevereiro/2022 (art. 915 do RIR/2018) - Cód. Darf 0190.
31	IRPF - Lucro na alienação de bens ou direitos	Pagamento, por pessoa física residente ou domiciliada no Brasil, do Imposto de Renda devido sobre ganhos de capital (lucros) percebidos no mês de fevereiro/2022 provenientes de (art. 915 do RIR/2018): a) alienação de bens ou direitos adquiridos em moeda nacional - Cód. Darf 4600; b) alienação de bens ou direitos ou liquidação ou resgate de aplicações financeiras, adquiridos em moeda estrangeira - Cód. Darf 8523.
31	IRPF - Renda variável	Pagamento do Imposto de Renda devido por pessoas físicas sobre ganhos líquidos auferidos em operações realizadas em bolsas de valores, de mercadorias, de futuros e assemelhados, bem como em alienação de ouro, ativo financeiro, fora de bolsa, no mês de fevereiro/2022 (art. 915 do RIR/2018) - Cód. Darf 6015.
31	CSL - Apuração mensal	Pagamento da Contribuição Social sobre o Lucro devida, no mês de fevereiro/2022, pelas pessoas jurídicas que optaram pelo pagamento mensal do IRPJ por estimativa (art. 28 da Lei nº <u>9.430/1996</u>).
31	CSL - Apuração trimestral	Pagamento da 3ª quota da Contribuição Social sobre o Lucro devida no 4º trimestre de 2021 pelas pessoas jurídicas submetidas à apuração trimestral do IRPJ com base no lucro real, presumido ou arbitrado, acrescida da taxa Selic de fevereiro/2022, mais 1% de juros (art. 28 da Lei nº <u>9.430/1996</u>).

31	CSL - Lucro real anual - Saldo de 2021	Pagamento do saldo da contribuição devida no ano-calendário de 2021 pelas pessoas jurídicas submetidas à apuração anual do lucro real (optantes pelo pagamento mensal do imposto por estimativa). Nota O saldo deverá ser acrescido de juros correspondente à Taxa Selic do mês de fevereiro/2022, mais 1%.
31	Refis/Paes	Pagamento pelas pessoas jurídicas optantes pelo Programa de Recuperação Fiscal (Refis), conforme Lei nº <u>9.964/2000</u> ; e pelas pessoas físicas e jurídicas optantes pelo Parcelamento Especial (Paes) da parcela mensal, acrescida de juros pela TJLP, conforme Lei nº <u>10.684/2003</u> .
31	Refis	Pagamento pelas pessoas jurídicas optantes pelo Programa de Recuperação Fiscal (Refis), conforme Lei nº <u>11.941/2009</u> .
31	Previdência Social (INSS) - Programa de Modernização da Gestão e de Responsabilidade Fiscal do Futebol Brasileiro - Profut (Parcelamento de débitos junto à RFB e à PGFN)	Pagamento da parcela mensal, acrescida de juros da Selic e de 1% do mês de pagamento, decorrente do parcelamento de débitos das entidades desportivas profissionais de futebol, nos termos da Lei nº <u>13.155/2015</u> e da Portaria Conjunta RFB/PGFN nº <u>1.340/2015</u> . OBS: O art. 1º da Lei nº <u>14.117/2021</u> determina que durante o período da calamidade pública decorrente da pandemia da Covid-19, declarada pela Organização Mundial da Saúde (OMS), fica suspensa a exigibilidade das parcelas do Profut, sendo que as referidas parcelas serão incorporadas ao saldo devedor para pagamento nas parcelas vincendas após o referido período da calamidade pública declarada pela OMS. Entretanto, na sua ementa, é informado que a lei suspende o pagamento do parcelamento de dívidas no âmbito do Profut, durante a vigência de calamidade pública nacional reconhecida pelo Congresso Nacional. Nota A Resolução CC/FGTS nº <u>788/2015</u> , a Circular Caixa nº <u>697/2015</u> e a Portaria Conjunta PGFN/MTPS nº <u>1/2015</u> estabelecem normas para parcelamento de débito de contribuições devidas ao FGTS, inclusive das contribuições da Lei Complementar nº <u>110/2001</u> , no âmbito do Profut.
31	Previdência Social (INSS) -	Pagamento da parcela mensal, acrescido de juros da Selic e de 1% do mês de pagamento, decorrente do parcelamento de

	Programa de Recuperação Previdenciária dos Empregadores Domésticos - Redom (Parcelamento de débitos em nome do empregado e do empregador domésticos junto à PGFN e à RFB)	débitos previdenciários a cargo do empregador doméstico e de seu empregado, com vencimento até 30.04.2013, nos termos dos arts. 39 a 41 da Lei Complementar nº <u>150/2015</u> e da Portaria Conjunta RFB/PGFN nº <u>1.302/2015</u> .
31	Declaração de Operações Liquidadas com Moeda em Espécie (DME)	Entrega da DME pelas pessoas físicas ou jurídicas residentes ou domiciliadas no Brasil que, no mês de fevereiro/2022, tenham recebido valores em espécie cuja soma seja igual ou superior a R\$ 30.000,00, ou o equivalente em outra moeda, decorrentes de alienação ou cessão onerosa ou gratuita de bens e direitos, de prestação de serviços, de aluguel ou de outras operações que envolvam transferência de moeda em espécie, realizadas com uma mesma pessoa física ou jurídica (Instrução Normativa RFB nº <u>1.761/2017</u> , arts. <u>1º</u> , <u>4º</u> e <u>5º</u>).
31	Operações com criptoativos	Prestação de informações relativas às operações realizadas em fevereiro/2022 com criptoativos pela exchange de criptoativos domiciliada para fins tributários no Brasil; e pela pessoa física ou jurídica residente ou domiciliada no Brasil quando (Instrução Normativa RFB nº <u>1.888/2019</u> , arts. <u>6º</u> , <u>7º</u> e <u>8º</u>): a) as operações forem realizadas em exchange domiciliada no exterior; ou b) as operações não forem realizadas em exchange. Nota A prestação de informações deve ser efetuada com a utilização do sistema Coleta Nacional, disponibilizado por meio do Centro Virtual de Atendimento (e-CAC) no site da RFB.
31	Declaração de Informações Socioeconômicas e Fiscais (Defis)	Entrega da Declaração de Informações Socioeconômicas e Fiscais (Defis), pelas ME ou EPP optante pelo Simples Nacional, relativa ao ano-calendário de 2021 (Resolução CGSN nº <u>140/2018</u> , art. <u>72</u> , § 1º).

31	Declaração de Benefícios Fiscais (DBF)	Entrega da Declaração de Benefícios Fiscais (DBF) relativa ao ano-calendário de 2021 (art. 4º da Instrução Normativa RFB nº <u>1.307/2012</u>).
-----------	---	--

Fonte: IOB - Calendário de Obrigações Federais – Março de 2022.

Atenção: O conteúdo desta tabela possui caráter meramente informativo, não eximindo as empresas de consultarem os órgãos competentes para eventuais alterações ou divergências.